

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

- Data:** 20.01.2020
- Local:** Sala 307-A (prédio-sede)
- Presenças:** Des^a **Laís Helena Jaeger Nicotti**, Coordenadora
Juiz **Adriano Santos Wilhelms**, membro do Comitê;
Juíza **Luciana Bohm Stahnke**, membro do Comitê;
Juíza **Lígia Maria Fialho Belmonte**, membro suplente,
Servidora **Fabiana da Silva Perdomo**, membro do Comitê;
Servidora **Carolina May Schmidt**, substituta da gestora da Coordenadoria de Saúde;
Servidora **Maria Augusta Kinneman**, membro do Comitê;
Servidor **Rodrigo dos Santos**, membro do Comitê;
Servidor **Alex Bruno Viana da Silva**, membro suplente Comitê;
Fernanda Oliveira Pontes, Sintrajufe/RS.
- Secretária:** Gabriela Balbinot (AGE)
- Horário:** 14h30min – 15h25min
- Pauta:** Agendamento de reunião para tratar do PPRA;
Medidas a serem tomadas para o cumprimento da Meta Nacional nº 10 para 2020;
Assuntos gerais.
-

Aos vinte dias do mês de janeiro do ano de 2020, às 14 horas e 30 minutos, na sala de reuniões 307-A do prédio-sede do Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região, ocorreu reunião ordinária do Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde, Acessibilidade e Inclusão, contando com as presenças acima nominadas. A reunião foi coordenada pela Excelentíssima Desembargadora Laís Helena Jaeger Nicotti, conforme registro que segue: Des^a Laís cumprimentou a todos e deu as boas vindas ao Juiz Auxiliar da Presidência, Adriano Santos Wilhelms, comentando algumas ações do Comitê realizadas ao longo do ano de 2019 e mencionou a necessidade de **não coincidirem, na mesma semana, os dias das reuniões ordinárias do Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde, Acessibilidade e Inclusão e do Comitê de Combate ao Assédio Moral**, em virtude de muitos de seus membros serem comuns. Após deliberação **restou decidido que as reuniões ordinárias de ambos os comitês serão realizadas na 1ª segunda de cada mês, sucessivamente, às 09h30min e 10h30min, por primeiro o Comitê de Saúde**, restando reagendada, portanto, a reunião do Comitê de Combate ao Assédio do dia 28.01 para o dia

03.02.2020, às 10h30min. A seguir, foi mencionada a necessidade de **agendar reunião específica para tratar do PPRA**. Fabiana informou que é necessário que primeiramente seja realizado o PPRA, para que possa ser encaminhado o PCMSO. **Ficou agendada a reunião para o dia 12.02 às 14h para tratar do PPRA**, onde será tratado o planejamento para a realização do Programa, sendo que a Desª Laís mencionou que comparecerá o Perito da APEJUST, Evandro Krebs Gonçalves, para oferecer suporte ao TRT 4ª Região. Fabiana comentou que apresentou à Diretora-Geral a proposta para a organização da Coordenadoria de Saúde, referente à extinção do cargo de odontólogo, em face da aposentadoria de todos os que constavam do quadro, informando que hoje o Tribunal conta uma odontóloga cedida pelo TRE. Acrescentou que 40% dos atendimentos de odontologia realizados pela Coordenadoria de Saúde são de dependentes. Argumentou que é oneroso para o Tribunal manter a odontologia em funcionamento, justificando com o valor dos materiais e equipamentos. Além disso, referiu a questão do aparelho de Raio X existente e o pagamento de adicional de insalubridade gerado para o servidor que o operar. Relatou que fez contato com os gestores da área de saúde dos 23 Tribunais Regionais do Trabalho, verificando que a situação do TRT4 é bastante desfavorável, uma vez que, havendo cultura de realizar atendimentos assistenciais a Coordenadoria de Saúde é demandada de forma tal que não há como realizar iniciativas decorrentes de suas atribuições. Desª Laís comentou que Mara traria informações a respeito dos planos de saúde disponíveis pelo Sintrajufe/RS. Fernanda informou que o Uniodonto tem custo de R\$ 30,00/servidor e dispõe de rede ampla de atendimento. Maria Augusta comentou que o Tribunal já se informou a respeito da possibilidade de estabelecer convênio para disponibilizar o Uniodonto e que o custo seria de R\$ 24,00/servidor, sem participação em atendimentos. Fabiana destacou que o TRT 1ª Região extinguiu o serviço de odontologia e que a Uniodonto realiza atendimentos, arcando com as despesas de materiais e de manutenção, na sala que era destinada aos odontólogos integrantes do quadro de servidores. Referiu que os Tribunais Regionais do Trabalho estão extinguindo a modalidade de atendimento odontológico e transformando os cargos desta especialidade em cargos de área-fim. Juiz Adriano mencionou que a opção de plano é interessante pois faculta aos servidores do interior o atendimento odontológico que antes era oferecido apenas para Porto Alegre e Região Metropolitana. Fabiana comentou que compartilhará o arquivo com os resultados do levantamento realizado por ela com os integrantes do Comitê. Em continuidade, mencionou que estuda também a possibilidade de realizar ação de vacinação, que os demais Regionais oferecem, com diferentes modalidades de pagamento: pagamento integral ao servidor, desconto em folha de pagamento ou disponibilização pela Secretaria de Saúde, detalhando o funcionamento de cada uma segundo as informações obtidas. Questionou o Comitê se solicita orçamento para 400 vacinas, em uma

modalidade-piloto para observar como a demanda seria na 4ª Região. Juiz Adriano mencionou que sua ideia é a isonomia e acrescentou que, quanto aos Juizes, a Amatra fornece todos os anos vacinação integral. Maria Augusta mencionou que foi verificado, também, com a Unimed o fornecimento de vacinas, sendo informado que fariam a aplicação em visitas em que estivessem agendadas, no mínimo, 50 doses, sem cobrança para servidores e magistrados quem dispõem do convênio com a Unimed. O Comitê comentou que tal situação só seria viável para aplicações em Porto Alegre, mas não em unidades do interior. Juiz Adriano comentou que é necessário pensar no macro universo dos servidores e juizes não associados. Desª Laís sugeriu realizar campanha de vacinação abrangendo a região metropolitana e depois realizar por centros no interior, de forma que o servidor, associado ou não, possa fazer a vacina. Fabiana destacou que, conforme o valor, poderá ser o caso de licitação na modalidade pregão eletrônico, e que é necessário estimar a quantidade de vacinas, de forma que o número comprado seja o mais próximo da realidade. Desª Laís sugeriu que seja realizada consulta de quantos servidores e magistrados estariam interessados. Rodrigo sugeriu iniciar por Porto Alegre para ver como é a procura e depois organizar para, em outubro, fazer o pregão, inclusive aproveitando o afluxo de servidores do interior para o Encontro de Gestores. Desª Laís mencionou o assunto relativo à realização de esquete sobre o tema Assédio pela Oficina de Teatro do Tribunal e Fabiana ficou responsável por confirmar com o instrutor Alexandre, solicitando que lhe envie o texto elaborado para o compartilhamento com o Comitê. Maria Augusta relatou o contato realizado com a fonoaudióloga Débora Brum acerca da possibilidade de organizar um curso sobre o tema assédio moral e mencionou ter sido informada pela profissional que é perfeitamente adaptável o tema aos cursos de comunicação não violenta que já ministra. Acrescentou que a fonoaudióloga necessita ser informada da data em que seria ministrado o curso com duas semanas de antecedência para adaptar o curso ao tema do assédio moral. Juizes Adriano e Luciana mencionaram interesse em conhecer mais o tema do assédio moral. Juiz Adriano afirmou que na Justiça do Trabalho não pode ser tolerada a existência da prática de assédio, sob pena de ser questionada a legitimidade que teria para realizar condenações pelo mesmo tema em processos trabalhistas. A seguir, foram mencionados os contatos de profissionais qualificados e que possuem disponibilidade para ministrar cursos/palestras dispensando o pagamento de seus honorários, repassados pelo Sintrajufe/RS em reunião no final de 2019. Fernanda acrescentou à lista, o contato do médico Álvaro Merlo, merlo@ufrgs.br, que havia se comprometido a buscar. **Restou ajustado que será enviado aos Juizes Adriano, Luciana e Lígia o conteúdo da pesquisa sobre saúde dos servidores, a manifestação dos comitês e o despacho proferido pela Desª Carmen no expediente administrativo em que tramita a questão.** Fabiana mencionou, ainda, a ginástica

laboral presencial, que será realizada como projeto-piloto em Porto Alegre, e informou que vai tramitar o pedido para a contratação. Reunião encerrada às 15 horas e 25 minutos. Ata redigida pela servidora Gabriela Balbinot, Assistente da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais e encaminhada eletronicamente para validação dos presentes.